

Sousa Reis Baptista (5272) técnica superior de engenharia civil assessora principal, com efeitos a 20 de Agosto de 2007.

(Isento de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Novembro de 2007. — A Directora do Departamento Municipal de Gestão de Recursos Humanos, *Cristina Douteiro*.

2611064446

CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aviso n.º 22 828/2007

Discussão pública. Aditamento ao alvará de loteamento n.º 4/91, mata de São Fragustes, Entroncamento, Taíde, Póvoa de Lanhoso

A Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso torna público que, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, se encontra aberto um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias, tendo por objecto a aprovação de uma alteração ao alvará de loteamento, designadamente o lote 16, sito no lugar do Entroncamento, freguesia de Taíde, concelho da Póvoa de Lanhoso, em que é requerente António Fernandes da Costa.

Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar por escrito as suas reclamações, observações ou sugestões e pedidos de esclarecimento relativamente à pretendida operação urbanística, as quais serão posteriormente objecto de resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- A desconformidade com instrumentos de gestão territorialmente eficazes;
- A incompatibilidade com planos, programas e projectos que devam ser ponderados em fase de elaboração;
- A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis; e
- A eventual lesão de direitos subjectivos.

Mais se torna público que o processo respeitante à operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pela respectiva divisão municipal, se encontra disponível, para consulta, na Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, sita na Avenida da República, no Edifício dos Paços do Concelho da Póvoa de Lanhoso.

8 de Novembro de 2007. — O Vereador do Pelouro, *António Alves Fernandes*.

2611064216

Aviso n.º 22 829/2007

Discussão pública. Aditamento ao alvará de loteamento n.º 14/94, Sorte de Mato do Monte de Baixo, Santo Tirso, Campo, Póvoa de Lanhoso

A Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso torna público que, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, se encontra aberto um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias, tendo por objecto a aprovação de uma alteração ao alvará de loteamento, designadamente o lote 2, sito no lugar de Santo Tirso, freguesia de Campo, concelho da Póvoa de Lanhoso, em que é requerente António Avelino Rodrigues Vieira.

Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar por escrito as suas reclamações, observações ou sugestões e pedidos de esclarecimento relativamente à pretendida operação urbanística, as quais serão posteriormente objecto de resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- A desconformidade com instrumentos de gestão territorialmente eficazes;
- A incompatibilidade com planos, programas e projectos que devam ser ponderados em fase de elaboração;
- A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis; e
- A eventual lesão de direitos subjectivos.

Mais se torna público que o processo respeitante à operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pela respectiva divisão municipal, se encontra disponível, para consulta, na Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, sita na Avenida da República, no Edifício dos Paços do Concelho da Póvoa de Lanhoso.

8 de Novembro de 2007. — O Vereador do Pelouro, *António Alves Fernandes*.

2611064220

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Aviso n.º 22 830/2007

Direito à carreira do pessoal nomeado em cargos dirigentes — Nomeação

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicável por remissão do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), se torna público que, por meu despacho de 18 de Outubro de 2007, foi Isabel Maria de Azevedo Oliveira nomeada definitivamente para o lugar de técnico superior assessor principal da carreira de técnico superior de serviço social, independentemente de concurso, com posicionamento no escalão 1, índice 710, com efeitos desde 22 de Agosto de 2007, data a partir da qual completou o módulo de tempo para progressão na carreira (em virtude do «número de anos continuado no exercício de funções dirigentes»), e do termo da comissão de serviço para o exercício de funções dirigentes, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 29.º, n.ºs 1 e 2, 30.º, n.º 1, e 28.º, n.º 2, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e ainda do disposto no artigo 4.º, n.º 1, alíneas a) e b), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

A funcionária supra-referida tem direito à remuneração pela nova categoria e escalão a partir da data da cessação efectiva do exercício de funções dirigentes, ou seja, a partir de 24 de Setembro de 2007.

19 de Outubro de 2007. — O Vereador com competência delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação, *Eusébio Candeias*.

2611064152

Aviso n.º 22 831/2007

Nomeação, em regime de substituição, pessoal dirigente

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho da presidente da Câmara de 11 de Outubro de 2007, foi Maria Margarida Cabral Fernandes Monteiro Marques, técnica superior assessora principal da carreira de engenheiro civil, nomeada, em regime de substituição, pelo período de dois meses, prorrogável caso esteja a decorrer procedimento com vista ao provimento de novo titular, para exercer o cargo de chefe da Divisão Projectos, Concursos e Empreitadas do Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto nos artigos 10.º, n.º 1, alínea b), 15.º e 2.º, n.º 1, alínea c), todos do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção do Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

Esta nomeação produz efeitos a partir de 8 de Outubro de 2007, para a qual foi reconhecida a urgente conveniência de serviço. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

19 de Outubro de 2007. — O Vereador, com competência delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação, *Eusébio Candeias*.

2611064148

Aviso n.º 22 832/2007

Direito à carreira do pessoal nomeado em cargos dirigentes. Nomeação

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicável por remissão do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), se torna público que, por meu despacho de 18 de Outubro de 2007, foi Luís Nuno Neves Parreira e Páscoa nomeado definitivamente para o lugar de técnico especialista da carreira de engenheiro técnico civil, independentemente de concurso, com posicionamento no escalão 1, índice 460, com efeitos desde 1 de Fevereiro de 2007, data a partir da qual completou o módulo de tempo para progressão na carreira (em virtude do «número de anos continuado no exercício de funções dirigentes»), e do termo da comissão de serviço para o exercício de funções dirigentes, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 29.º, n.ºs 1 e 2, 30.º, n.º 1, e 28.º, n.º 2, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e ainda do disposto no artigo 5.º, n.º 1, alíneas a) e b), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

O funcionário supra-referido tem direito à remuneração pela nova categoria e escalão a partir da data da cessação efectiva do exercício de funções dirigentes, ou seja, a partir de 24 de Setembro de 2007.

19 de Outubro de 2007. — O Vereador com competência delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação, *Eusébio Candeias*.

2611064160